

Democracia no DF só com voto, diz deputado

Para que a democracia brasileira seja realmente representativa, fundamentada na participação do povo no processo político, o brasiliense não pode continuar "sem vez e sem voz". A afirmação foi feita ontem da tribuna pelo deputado Aldo Fagundes (PMDB-RS), um dos maiores defensores na Câmara, da representação política para o Distrito Federal.

Sustentando que Brasília abriga uma parcela "esclarecida e politizada" da população brasileira, que por seu conhecimento sobre a realidade nacional pode prestar "uma contribuição muito grande para o aperfeiçoamento das nossas instituições republicanas", o parlamentar peemedebista aproveitou para pedir a transcrição do editorial do *Jornal de Brasília*, publicado na última quinta-feira, onde essa tese é defendida.

Aldo Fagundes integra a Comissão Mista que examina o projeto de emenda constitucional, apresentado pelo deputado Alceu Collares e outros congressistas, assegurando a eleição de deputados e senadores por Brasília. O relator da comissão, deputado Isaac Newton (PDS-RO) apresentará o seu parecer nos próximos dias, para que a matéria venha a plenário ainda nesta sessão legislativa. Diversas entidades de caráter comunitário — informa o deputado — tem se movimentado intensamente, mantendo contatos com as lideranças políticas de todos os partidos no Congresso Nacional, visando à aprovação do projeto, que constitui a aspiração dos brasilienses.

O direito do brasiliense ter representantes na Câmara e no Senado, proposto pela emenda constitucional nº 38 do deputado Alceu Collares (PTB-RS), deverá ser definido até o dia 25, quando a comissão mista deve se reunir. Para ser votada em plenário, a emenda depende do parecer do deputado Isaac Newton, que não pode apresentá-lo na última quinta-feira porque a reunião da comissão foi adiada a pedido do senador Mauro Benedites (PMDB-CE).

O senador peemedebista pretendia ganhar tempo para melhor elaboração do parecer, mas é quase certo que o PDS se definirá contrário à emenda, de acordo com a orientação estabelecida pelo partido. Algumas das entidades que vem influenciando junto aos deputados para aprovação da emenda foram ouvidas em Taguatinga.

TAGUATINGA

Quase todos são a favor da representatividade em todos os níveis porque consideram as cidades-satélites como municípios praticamente independentes, visto que têm prefeitos nomeados junto à comunidade.

Willon Lopes, advogado e presidente da OAB-seção Taguatinga, acredita que, "soluções de boa fé, formuladas em gabinetes, não se adequam às necessidades da comunidade, e as entidades de classe geralmente têm que sair de suas atividades específicas para cuidar do bem comum". Atitude que, a seu ver, pôr diversas vezes é mal-entendida.

— Já se tem constatado — ele disse — que a população do DF está apta a votar e escolher conscientemente seus representantes políticos, pois tarefa mais árdua esta mesma população já executou, lançando-se ao desafio de construir a cidade e ajudar na integração nacional. Com o bom nível de patriotismo inerente a este povo, está claro que ninguém melhor para cuidar dos próprios interesses do que o próprio povo e seus representantes — continuou Lopes.

Willon também acha que a representação política vai significar a ferramenta indispensável do Executivo, que poderá administrar em plena sintonia com os anseios do povo.

Artur Carlos Rezende, odontólogo de Taguatinga e membro da ABO, acha a representação política uma grande necessidade, a partir do momento que a gama de problemas que afetam a comunidade requer oportunidades decisórias do próprio complexo humano que os vivencia.

Outros membros da comunidade são mais cautelosos, achando que o processo deve ser gradual. Getúlio Romão Campos, empresário do ramo imobiliário, rotariano, disse que nenhum clube de serviço pode opinar a respeito de política, pela própria filosofia de abstenção opinativa que defendem em relação à política.